

CHAPADA - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - CONSOLIDADO
EXERCÍCIO DE 2021

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2021				2022				2023			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor Corrente (c)	Valor Constante	PIB	% RCL
			(a /	(a /RCL)			(b /	(B /RCL)			PIB)	(b /RCL)
			x 100	x 100			x 100	x 100			x 100	x 100
Receita Total	49.659.214,31	48.189.436,50		134,10%	51.998.248,44	48.894.613,93		134,05%	55.250.469,67	50.195.863,66		134,55%
Receitas Primárias (I)	40.222.776,74	39.032.291,84		108,62%	42.231.608,43	39.710.918,19		108,88%	44.944.560,83	40.832.794,02		109,45%
Despesa Total	49.659.214,31	48.189.436,50		134,10%	51.998.248,44	48.894.613,93		134,05%	55.250.469,67	50.195.863,66		134,55%
Despesas Primárias (II)	46.452.412,70	45.077.547,50		125,44%	48.033.904,39	45.166.890,83		123,83%	51.299.658,88	46.606.493,99		124,93%
Resultado Primário (I – II)	- 6.229.635,96	- 6.045.255,66		-16,82%	- 5.802.295,96	- 5.455.972,64		-14,96%	- 6.355.098,05	- 5.773.699,97		-15,48%
Resultado Nominal	- 6.229.635,96	- 6.045.255,66		-16,82%	- 5.802.295,96	- 5.455.972,64		-14,96%	- 6.355.098,05	- 5.773.699,97		-15,48%
Dívida Pública Consolidada	3.302.163,70	3.204.428,63		8,92%	3.835.466,30	3.606.537,71		9,89%	4.000.349,72	3.634.376,51		9,74%
Dívida Consolidada Líquida	- 1.249.129,03	- 1.212.158,21		-3,37%	- 1.381.949,99	- 1.299.465,14		-3,56%	- 1.298.441,16	- 1.179.652,88		-3,16%
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%
Despesas Primárias Geradas por PPP (V)	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV) - (V)	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

O Demonstrativo de Metas Anuais objetiva estabelecer as metas para o triênio compreendendo o ano de vigência da LDO e os dois subsequentes, abrangendo a Receita e Despesa Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Pública, visando atender a disposição contida no art. 4º, § 1º da LRF. Conceitos para melhor entendimento:

- 1 – as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de investimentos permanentes e temporários;
- 2 – as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.
- 3 – o resultado primário ACIMA DA LINHA corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município, ressaltando-se que, para fins de equilíbrio formal entre os valores previstos, e de acordo com as instruções do Item 03.06.05.01 do Manual dos Demonstrativos Fiscais, os valores projetados da Reserva de Contingência estão sendo somados às despesas primárias.
- 4 – a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- 5 – a dívida Consolidada Líquida – DCL – corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem ao ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Premissas e Metodologia Utilizadas:

- 1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são os relacionados na Tabela 01. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2017, 2018 e 2019) e os valores reestimados para o exercício atual (2020), além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, comportamento das receitas oriundas de transferências da União e do Estado, dentre outros.
- 2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação, crescimento vegetativo e aumento real, quando cabível, das despesas de custeios. Em relação aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no Anexo IV. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.
- 3 – No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado que provavelmente não haverá a revisão geral anual conforme previsto na Constituição da República.

CHAPADA - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - RPPS
EXERCÍCIO DE 2021

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2021			2022			2023		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total RPPS	#####	8.790.754,63	Preenchimento Opcional Cfe 10ª Edição do MDF	#####	#####	Preenchimento Opcional Cfe 10ª Edição do MDF	9.882.403,40	8.978.308,73	Preenchimento Opcional Cfe 10ª Edição do MDF
Receitas Primárias RPPS (I)	#####	4.570.506,04		#####	#####		5.063.816,84	4.600.552,01	
Despesa Total RPPS	#####	8.790.754,63		#####	#####		9.882.403,40	8.978.308,73	
Despesas Primárias RPPS (II)	#####	8.790.717,12		#####	#####		9.882.362,78	8.978.271,81	
Resultado Primário RPPS (I - II)	#####	#####		#####	#####		#####	-4.377.719,80	

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).



CHAPADA - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
EXERCÍCIO DE 2021

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º,

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2019 (a)	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em 2019 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	40.207.100,00	Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.03.01 da 10ª edição do MDF	119,09%	44.884.676,75	Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.03.01 da 10ª edição do MDF	132,94%	4.677.576,75	11,63%
Receita Primárias (I)	38.665.341,00		114,52%	36.153.444,50		107,08%	- 2.511.896,50	-6,50%
Despesa Total	36.519.900,00		108,17%	36.724.752,31		108,77%	204.852,31	0,56%
Despesa Primárias (II)	35.710.900,00		105,77%	35.530.622,42		105,24%	- 180.277,58	-0,50%
Resultado Primário (I-II)	2.954.441,00		8,75%	622.822,08		-	2.331.618,92	-78,92%
Resultado Nominal	FRIOLACK LTDA-		#VALOR!			0,00%	#VALOR!	#VALOR!
Dívida Pública Consolidada	3.340.816,02		9,89%	3.340.816,02		9,89%	-	0,00%
Dívida Consolidada Líquida	1.632.476,49		4,84%	- 1.632.476,49		-4,84%	- 3.264.952,98	-200,00%

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2018), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

CHAPADA - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO DE 2021

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2018	2019	Variação %	2020	Variação %	2021	Variação %	2022	Variação %	2023	Variação %
Receita Total	36.631.019,00	40.207.100,00	9,76%	43.292.000,00	7,67%	49.659.214,31	14,71%	51.998.248,44	4,71%	55.250.469,67	6,25%
Receitas Primárias (I)	35.652.019,00	38.665.341,00	8,45%	40.642.159,72	5,11%	40.222.776,74	-1,03%	42.231.608,43	4,99%	44.944.560,83	6,42%
Despesa Total	31.879.448,97	36.519.900,00	14,56%	38.939.221,31	6,62%	49.659.214,31	27,53%	51.998.248,44	4,71%	55.250.469,67	6,25%
Despesas Primárias (II)	29.106.549,97	35.710.900,00	22,69%	33.469.031,03	-6,28%	46.452.412,70	38,79%	48.033.904,39	3,40%	51.299.658,88	6,80%
Resultado Primário (I – II)	6.545.469,03	2.954.441,00	-54,86%	7.173.128,69	142,79%	6.229.635,96	-186,85%	5.802.295,96	-6,86%	6.355.098,05	9,53%
Resultado Nominal	6.588.892,15	7.923.172,22	20,25%	4.887.955,89	-38,31%	6.229.635,96	-227,45%	5.802.295,96	-6,86%	6.355.098,05	9,53%
Dívida Pública Consolidada	1.702.255,91	3.340.816,02	96,26%	4.863.419,17	45,58%	3.302.163,70	-32,10%	3.835.466,30	16,15%	4.000.349,72	4,30%
Dívida Consolidada Líquida	850.666,15	1.632.476,49	91,91%	1.264.244,46	-177,44%	1.249.129,03	-1,20%	1.381.949,99	10,63%	1.298.441,16	-6,04%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2018	2019	Variação %	2020	Variação %	2021	Variação %	2022	Variação %	2023	Variação %
Receita Total	38.855.561,81	40.886.599,99	5,23%	43.292.000,00	5,88%	48.189.436,50	11,31%	48.894.613,93	1,46%	50.195.863,66	2,66%
Receitas Primárias (I)	37.817.108,71	39.318.785,26	3,97%	40.642.159,72	3,37%	39.032.291,84	-3,96%	39.710.918,19	1,74%	40.832.794,02	2,83%
Despesa Total	33.815.436,58	37.137.086,31	9,82%	38.939.221,31	4,85%	48.189.436,50	23,76%	48.894.613,93	1,46%	50.195.863,66	2,66%
Despesas Primárias (II)	30.874.143,89	36.314.414,21	17,62%	33.469.031,03	-7,84%	45.077.547,50	34,68%	45.166.890,83	0,20%	46.606.493,99	3,19%
Resultado Primário (I – II)	6.942.964,83	3.004.371,05	-56,73%	7.173.128,69	138,76%	6.045.255,66	-184,28%	5.455.972,64	-9,75%	5.773.699,97	5,82%
Resultado Nominal	6.989.024,96	8.057.073,83	15,28%	4.887.955,89	-39,33%	6.045.255,66	-223,68%	5.455.972,64	-9,75%	5.773.699,97	5,82%
Dívida Pública Consolidada	1.805.631,17	3.397.275,81	88,15%	4.863.419,17	43,16%	3.204.428,63	-34,11%	3.606.537,71	12,55%	3.634.376,51	0,77%
Dívida Consolidada Líquida	902.325,74	1.660.065,34	83,98%	1.264.244,46	-176,16%	1.212.158,21	-4,12%	1.299.465,14	7,20%	1.179.652,88	-9,22%

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2021), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2018, 2019 e 2020), bem como para os dois seguintes (2022 e 2023), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2018, 2019 e 2020 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos dos relatórios de primeiro semestre de 2020.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2021, 2022 e 2023, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o

CHAPADA - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 2021

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital	28.813.043,99	100,62%	26.370.741,44	91,52%	27.691.592,88	105,01%
Reservas		0,00%		0,00%	(829.894,84)	-3,15%
Resultado Acumulado	(177.304,95)	-0,62%	2.442.302,55	8,48%	(490.956,60)	-1,86%
TOTAL	28.635.739,04	100,00%	28.813.043,99	100,00%	26.370.741,44	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital	4.397.611,00	105,69%	4.403.367,12	100,13%	5.016.817,89	113,93%
Reservas		0,00%	(5.756,12)	-0,13%	(613.450,77)	-13,93%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(236.752,22)	-5,69%	-	0,00%	-	0,00%
TOTAL	4.160.858,78	100,00%	4.397.611,00	100,00%	4.403.367,12	100,00%

CONSOLIDAÇÃO GERAL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital	33.210.654,99	101,26%	30.774.108,56	92,66%	32.708.410,77	106,29%
Reservas	-	0,00%	(5.756,12)	-0,02%	(1.443.345,61)	-4,69%
Resultado Acumulado	(414.057,17)	-1,26%	2.442.302,55	7,35%	(490.956,60)	-1,60%
TOTAL	32.796.597,82	100,00%	33.210.654,99	100,00%	30.774.108,56	100,00%

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2017, 2018 e 2019), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Conforme estabelecido pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Patrimônio Líquido representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. Integram o Patrimônio Líquido o patrimônio (no caso dos órgãos da administração direta) ou capital social (no caso das empresas estatais), as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as ações em tesouraria, os resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial. Nesse aspecto, cumpre destacar que, na linha "Resultado Acumulado", foram considerados os valores de ajustes de exercícios anteriores, os quais, apesar de não terem sido considerados na apuração do resultado do exercício, tiveram influência da variação do saldo do Patrimônio Líquido.

É preciso enfatizar que o Município segue as normas da Lei Federal nº 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei Federal nº 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

O Sistema de Previdência, por força da Lei Municipal nº 001/2009, está sobre a gestão do Fundo do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Municipais - RPPS, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

CHAPADA - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
EXERCÍCIO DE 2021

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2019	2018	2017
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2017			97.487,89
RECEITAS DE CAPITAL	55.000,00	292.450,00	
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	55.000,00	292.450,00	
Alienação de Bens Móveis		292.450,00	
Alienação de Bens Imóveis	55.000,00	-	85.600,00
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienaç de Bens			4.581,38
TOTAL	55.000,00	292.450,00	97.487,89
DESPESAS EXECUTADAS	2019	2018	2017
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	89.624,01	177.268,00	113.957,16
Investimentos	89.624,01	177.268,00	113.957,16
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida		-	
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-		
Regime Próprio dos Servidores Públicos			
TOTAL	89.624,01	177.268,00	113.957,16
SALDO FINANCEIRO			
	34.624,01	115.182,00	28.357,16

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2017, 2018 e 2019).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

CHAPADA - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
EXERCÍCIO DE 2021

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

RS 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
	2019	2018	2017
RECEITAS CORRENTES (I)	6.030.090,52	6.008.542,48	7.227.119,41
Receita de Contribuições dos Segurados		1.070.505,71	957.907,75
Civil			
Ativo	1.073.718,57	1.070.505,71	957.907,75
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais		1.583.995,30	1.392.655,60
Civil			
Ativo		1.583.995,30	1.378.748,78
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Em Regime de Parcelamento de Débitos			13.906,82
Receita Patrimonial	4.865.962,89	3.146.172,22	3.583.879,42
Receitas Imobiliárias	4.865.962,89		
Receitas de Valores Mobiliários		3.146.172,22	3.583.879,72
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outras Receitas Correntes	90.409,06	207.869,25	1.292.876,64
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes	2.836.649,14	149.324,37	847.749,06
RECEITAS DE CAPITAL (II)		58.544,98	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)	8.866.739,66	6.008.542,48	6.454.780,56
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2019	2018	2017
ADMINISTRAÇÃO (IV)	3.518.018,04		
Despesas Correntes	3.518.018,04	29.581,090	22.836,49
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA (V)			
Benefícios - Civil	3.502.716,50		2.169.304,28
Aposentadorias		2.582.536,690	117.463,79
Pensões		134.391,400	415.268,22
Outros Benefícios Previdenciários		273.516,210	
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			18.227,66
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias	15.301,54		
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	3.518.018,04	3.020.025,39	2.743.100,44
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	5.348.721,62		
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			
VALOR			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2019	2018	2017
VALOR			
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO	2019	2018	2017
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
BENS E DIREITOS DO RPPS	2019	2018	2017
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações			
Outro Bens e Direitos			
PLANO FINANCEIRO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2019	2018	2017
RECEITAS CORRENTES (VIII)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Civil			
Ativo			

Inativo Pensionista			
Militar Ativo			
Inativo Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais Civil			
Ativo			
Inativo Pensionista			
Militar Ativo			
Inativo Pensionista			
Em Regime de Parcelamento de Débitos			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (IX)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (X) = (VIII + IX)			

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2019	2018	2017
ADMINISTRAÇÃO (XI)			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA (XII)			
Benefícios - Civil			
Aposentadorias			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)			

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2019	2018	2017
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

EXERCÍCIO	Receitas	Despe	Resultado	Saldo Financeiro

FONTE: Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS.

Segundo a Portaria MPS 464/2018, o equilíbrio financeiro representa a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações dos RPPS, em cada exercício financeiro, ou seja, o equilíbrio financeiro é atingido quando o que se arrecada dos participantes do sistema previdenciário é suficiente para custear os benefícios por ele assegurados. O equilíbrio atuarial, por sua vez, representa a garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente, a longo prazo, devendo as alíquotas de contribuição do sistema ser definidas a partir do cálculo atuarial que leve em consideração uma série de critérios, como a expectativa de vida dos segurados e o valor dos benefícios de responsabilidade do respectivo RPPS, segundo a sua legislação. Nesse contexto, os dados acima apresentados tiveram em como base:

a) o Anexo 4 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RGF) - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no último bimestre dos exercícios de 2017, 2018 e 2019; e

b) o Anexo 10 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência, publicado no último bimestre dos exercícios de 2017, 2018 e 2019.

Os valores informados na linha "Bens e Direitos do RPPS", correspondem ao saldo das disponibilidades financeiras e investimentos do RPPS, representado pelas disponibilidades em Caixa e Equivalentes de Caixa, Investimentos e

CHAPADA - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
EXERCÍCIO DE 2021

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTOS e NÃO TRIBUTÁRIA (*)	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2021	2022	2023	
IPTU	Desconto p/pgto a vista	Contribuinte IPTU	32.500,00	33.540,00	34.713,90	Vide Obsevação abaixo
ISSQN	Desconto p/pgto a vista	Contribuine ISSQN	5.900,00	5.390,00	5.578,65	
DIVIDA ATIVA	Desconto p/pgto valores em atraso		2.600,00	2.683,20	2.777,11	
HORAS MAQUINA (*)	Conforme Lei	Agricultores	25.000,00	25.800,00	26.703,00	
TOTAL			66.000,00	67.413,20	69.772,66	-

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2021 foram previstos de acordo com informações da Administração tributária da Prefeitura Municipal

2 - Os valores da renúncia projetados para 2022 e 2023, foram claculados a partir dos valores de 2021, apli cando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercicios a saber:

Inflação 2021 - 0,00%
Inflação 2022 - 3,00%
Inflação 2023 - 3,00%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercicios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

A concessão de incentivos fiscais é um instrumento que serve para fomentar o desenvolvimento econômico do Município, atraindo novas empresas ou ampliando as já existentes, de modo a gerar novos empregos e aumentar a renda per capita da população. Já os benefícios fiscais se prestam para reduzir as desigualdades sociais, desonerando determinados segmentos da sociedade do pagamento de alguns tributos, como é o caso da isenção de iptu para os aposentados de baixa renda. Diante disso pode-se afirmar que, com a devida responsabilidade, é salutar o uso desses instrumentos que tem objetivos econômicos e sociais.

O tema é destacado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que disciplinou a sua aplicação. Como sabido, os entes da federação têm usado esses institutos como forma de controle dos desequilíbrios econômicos e sociais, e, por isso é tratado em todo o arcabouço jurídico brasileiro: constitucional, legal e infralegal.

A Constituição Federal em seus artigos 70 e 165, § 6º, estabelece o controle sobre as renúncias de receita, com o nítido objetivo de promover o equilíbrio fiscal. Por sua vez, a LRF estabeleceu em seu artigo 11 a necessidade de instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional dos entes da Federação, como requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal. Nesse contexto, e conforme as diretrizes estabelecidas pelos arts. 13 e, 60 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica evidenciado que a Administração opta pela medida de compensação prevista no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais. Conseqüentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas pelo aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

CHAPADA - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
EXERCÍCIO DE 2021

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2021
Aumento Permanente da Receita	2.807.621,03
Decorrente de Receitas Tributárias	(19.284,06)
Decorrente de Transferências Correntes	2.826.905,09
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	(352.787,09)
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	2.454.833,93
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	2.454.833,93
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	1.419.896,35
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	1.033.001,65
Relativas a Outras Despesas Correntes	386.894,70
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	1.034.937,59

Font A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2021 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2020-2021.

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2020, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2020-2021 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão.

Caso necessário, a Margem Líquida de Expansão acima demonstrada, será utilizada, pelo Poder Executivo, como forma de compensação do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado não previstas no orçamento, observado o disposto no art. 16 da LDO.

CHAPADA - RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS
 DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
 EXERCÍCIO DE 2021

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	170.000,00	Abertura de crédito a partir da p/reserva contingencia	200.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas	30.000,00		
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	200.000,00	SUBTOTAL	200.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	580.000,00	Limitação de empenhos cfe LDO	580.000,00
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	580.000,00	SUBTOTAL	580.000,00
TOTAL	780.000,00	TOTAL	780.000,00

O Anexo de Riscos fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.